

Editorial: Problemáticas e temas do fazer historiográfico na atualidade***Editor's Letters: Problems e themes of today's historiographical practice***

Em nosso número 32 da revista *Crítica Histórica*, apresentamos cinco artigos que atravessam temas variados, todos importantes para refletirmos sobre as problemáticas e os temas do fazer historiográfico na atualidade. As discussões reunidas nos conduzem desde a desumanização histórica da Palestina até as dinâmicas de censura moral e vigilância política durante a ditadura militar brasileira. Trata-se de um número que encerra o ano de 2025 com análises pertinentes, abrindo espaço para debates que atravessam diferentes espaços e temporalidades.

Assim, o primeiro artigo, *Palestina: uma revisão histórica e a desumanização dos povos*, de Ashjan Adi (UNIFASB), apresenta uma revisão histórica sobre a Palestina, destacando como discursos hegemônicos produzem silenciamentos e distorções que contribuem para a desumanização do povo palestino. Adi argumenta que a violência vivida na região há mais de sete décadas não é fruto de um conflito recente, mas de um projeto colonial iniciado em 1897, com o 1º Congresso Sionista, em Basileia, na Suíça. A partir dessa perspectiva – e de referenciais teóricos como Ilan Pappé (2016), Norman Finkelstein (2003) e Rashid Khalidi (2020) – a autora observa que a colonização sionista ultrapassa fronteiras, ao promover desapropriações, expulsões, prisões em massa, punições coletivas, torturas e outras formas de opressão caracterizadas pelo desgaste físico, psicológico e social que alcançam todos os aspectos da vida palestina. Diante de seis subtítulos intitulados *Palestina: muito além de um conflito; Sionismo: um movimento ultranacionalista, colonialista e racista; Um regime de colonização; A ocupação sionista; Israel: um regime de apartheid; e Um projeto de limpeza étnica*, o texto trabalha a caracterização do conceito de sionismo, assim como o processo histórico que ocasionou a ocupação e a apropriação das terras, a restrição permanente de direitos, a violação de resoluções da ONU e dos princípios fundamentais dos direitos humanos. Ao fim, o artigo de Ashjan Adi defende que a libertação palestina depende da solidariedade



<https://doi.org/10.28998/rchv16n32.2025.0001>

Editorial publicado sob a [Licença Creative Commons 4.0](#)

internacional e da luta anticolonial de povos historicamente oprimidos, apontando para a construção de um futuro em que a soberania palestina seja finalmente reconhecida.

Como segundo artigo, temos *Sempre bestializados? O golpe de 1964 e a história das elites. Uma crítica historiográfica*, de Lineker Noberto (UNEB), que propõe uma crítica historiográfica à interpretação de Argelina Figueiredo e Jorge Ferreira sobre o golpe de 1964, argumentando que ambos assumem uma perspectiva centrada na história das elites políticas e, por isso, invisibilizam o papel das classes trabalhadoras e dos movimentos populares na dinâmica pré-golpe. De acordo com Noberto, para os autores criticados, o golpe teria sido consequência da radicalização simultânea da esquerda e da direita que, ao adotarem estratégias de confronto, teriam alienado a população, apresentada como silenciosa e “bestializada”. Partindo dos subtítulos: *À guisa de introdução: corresponsáveis pelo golpe; As esquerdas radicais assumem a estratégia do confronto; Sempre bestializados? Uma “história vista de baixo” às avessas; e Eles, que radicais, desprezavam a democracia*, Noberto aponta que os movimentos sociais e de esquerda tiveram papel ativo naquele período político, mencionando os sindicatos, as Ligas Camponesas, a UNE, os movimentos militares de baixa patente, dentre outros atores que se mobilizaram intensamente. Ao fim, o artigo defende a importância de narrativas que valorizem a ótica dos grupos subalternizados para compreender a complexidade histórica do golpe.

Na sequência, o terceiro artigo, intitulado por *“A tua grandeza o povo bendiz”*: *representações e constituições no Hino Municipal de Coqueiros do Sul/RS*, de Vitor Matheus Viebrantz (UPF), trabalha o Hino Municipal de Coqueiros do Sul/RS e sua atuação como um símbolo oficial produtor de identidade, que legitima determinadas representações históricas e sociais. Assim, e partindo do conceito de Benedict Anderson (1983) – que Viebrantz entende como “comunidade imaginada” coqueirense – temos uma leitura do hino como objeto imediato que remete à identidade “coqueirense”, mostrando que sua elaboração, institucionalização e uso ritualístico não são neutros. O texto destaca que, enquanto símbolo oficial criado e sancionado por grupos no poder, o hino carrega escolhas, exclusões e apagamentos que moldam a memória coletiva, ao mesmo tempo em que participam da construção de noções compartilhadas de pertencimento, tradição e grandeza municipal. À vista dos subtítulos: *Símbolo municipal e simbólico: um hino para quê?; Um hino sobre quem?; e Um legi-signo: do simbólico do hino*,


Viebrantz observa que o hino reforça valores como religiosidade cristã e agricultura como marcas importantes para a localidade. Destarte, o artigo conclui que o hino contribuiu, e ainda contribui, para a constituição simbólica de Coqueiros do Sul como “a terra que amamos”, naturalizando uma memória seletiva e reiterando os interesses históricos daqueles que o escreveram.

Como quarto texto, o artigo de **Emerson Benedito Ferreira**, *Existências vendidas, infâncias vigiadas: o controle de crianças negras entre a escravidão e a liberdade tutelada*, observa como, especialmente no período pós-abolição, a exploração da infância negra permaneceu estruturante das relações sociais por meio de dispositivos legais como tutelas e contratos de prestação de serviços. A partir do que Ferreira entende como uma metodologia histórico-documental e arqueogenealógica, o autor analisa processos entre 1862 e 1900, evidenciando como esses registros tornam visíveis vidas apagadas e revelam a atuação de elites que mantiveram crianças negras sob controle e trabalho compulsório. Ao longo dos subtítulos: *Primeiras palavras; A tutela de Modesto e Francisco, filhos do mentecapto Bento; Classes perigosas e nova escravidão; e Últimas Considerações*, Ferreira trabalha com a noção de racialização e com o conceito de “classes perigosas” para argumentar que a liberdade de pessoas negras no período foi limitada pela permanência de instrumentos políticos e pelas desigualdades, pobreza e racismo, concernentes à história do Brasil.

Por fim, encerrando o volume, o artigo ***Entre a censura moral e a vigilância política: A “Nobreza” de Djavan nos arquivos do Serviço Nacional de Informações durante a ditadura (1973-1982)***, de Anderson Almeida (UFAL), discute como, durante a ditadura civil-militar (1964-1985), as fronteiras entre moral e política eram difíceis de separar, algo que se evidencia na análise das letras e dos pareceres censórios referentes às canções de Djavan Caetano Viana. Embora Djavan não figure com frequência entre os artistas mais estudados no campo da censura musical, sua produção também sofreu diversas formas de cerceamento. Partindo de referências como Maria Aparecida de Aquino (1999), Creuza de Oliveira Berg (2002), Beatriz Kushnir (2004), Douglas Átila Marcelino (2006), Alexandre Stephanou (2001), Maria Luiza Tucci Carneiro (2002), Adrianna Setemy (2018), Carlos Fico e Miliandre Garcia (2021), além de se estruturar pelos subtítulos: *A farinha e o farol das Alagoas; A chegada ao Rio de Janeiro e os primeiros impasses censórios (1973–1978); “Dois homes que se amam” e o grande debate*

censório (1979–1982); e Considerações finais, o texto evidencia que a documentação do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) revela um regime atento não apenas às disputas políticas tradicionais, mas também aos debates sobre moralidade, gênero e raça. Desse modo, o artigo argumenta que o Estado ampliava o escopo daquilo que considerava “político” e, por consequência, passível de proibição.

Boa Leitura!

Ana Paula Silva Santana 
Doutora em História
Universidade Federal de Alagoas, Brasil
ana.santanal@ichca.ufal.br